



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA 6ª REGIÃO
PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 00677.000629/2023-00

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente procedimento tem por objeto selecionar as associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis cadastradas no SINIR para firmar termo de compromisso para fins de coleta dos resíduos recicláveis e/ou reutilizáveis descartados nas sedes da Advocacia Geral da União (AGU) e do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), na cidade de Belo Horizonte.

2 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - Através da Coleta Seletiva Cidadã (*Política Pública a ser implementada pelos órgãos da Administração Pública instituída por meio do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos*) se alcança a redução dos impactos ambientais do consumo, cujo objetivo primordial é compor a estruturação de ações socioambientais mediante a geração de trabalho, renda e desenvolvimento de práticas para a sustentabilidade econômico-financeira em consonância com os três pilares da sustentabilidade; econômico, social e ambiental.

3 - QUANTITATIVOS ESTIMADOS

3.1 - A estimativa 200 kg mês / 2.400 kg ano de resíduos recicláveis e/ou reutilizáveis descartados, para fins da presente seleção, é a seguinte para a AGU:

TIPO DE RESÍDUO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Papel	(KG)	80
Papelão	(KG)	80
Plástico	(KG)	30
Sucata	(KG)	10

3.2 - A estimativa do Parceiro AGU, Ministério Público de Minas Gerais – MPMG é de 5.616 Kg de papel e papelão ao ano e 87.215 Kg de eletrônicos e sucatas, e mensalmente é a seguinte:

TIPO DE RESÍDUO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Papel / papelão	(KG)	468
Sucata e eletrônicos	(KG)	7.267

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1 - A Unidade da AGU fará a separação do material destinado às Cooperativas, com a Equipe contratada da limpeza. Cada Parceiro da AGU fará também a separação do material gerado. Na condição de parceiro, o MPMG gera um volume considerável de recicláveis, se tornando um atrativo a mais para as Cooperativas.

4.2 - A coleta dos resíduos descartados nos edifícios será de responsabilidade do prestador e ocorrerá na frequência mensal, no mínimo. Os dias e horários serão acordados em reunião de assinatura do TERMO DE COMPROMISSO, informando aos órgãos a eventual impossibilidade de retirada, bem como oferecendo alternativa para o cumprimento.

4.3 - Locais de coleta:

a) Advocacia Geral da União - AGU

- Rua Santa Catarina, 480 – Lourdes, Belo Horizonte/MG

b) Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG

- Rua Dias Adorno, 367, Portaria – Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG
- Av. Alvares Cabral, 1707, Portaria – Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG
- R. Gonçalves Dias, 2039, Portaria – Lourdes, Belo Horizonte/MG
- Rodovia Anel Rodoviário, BR-040, KM-3,8 SN, Palmeiras – Belo Horizonte/MG

5 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1 - Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado diretamente, por dispensa de licitação, com fulcro na alínea "j", do item IV, do art. 75 da Lei 14133/2021.

5.2 - As associações e/ou cooperativas serão selecionadas por meio de procedimento de habilitação específico para esse fim, conforme o parágrafo único do art. 40 do Decreto 10.936/2022.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA 6ª REGIÃO

5.3 - A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da COOPERATIVA e a Administração SOLICITANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Conforme estabelece o parágrafo único do art. 40 do Decreto 10.936/2022, estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados pela AGU as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:

- a) sejam formalmente constituídas por catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados;
- b) apresentem o sistema de rateio entre os associados e os cooperados; e
- c) estejam regularmente cadastradas e habilitadas no Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR.

7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) a SOLICITANTE deverá realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, armazenando-os em local seguro, protegido contra intempéries e ações de degradação;
- b) a SOLICITANTE deverá supervisionar diretamente o trabalho executado pela COOPERATIVA, nos casos em que a legislação assim o exigir, a exemplo da eliminação de documentos.
- c) a SOLICITANTE deverá coletar os resíduos descartados nos endereços, na frequência, no horário e pelo período a serem pactuados junto à COOPERATIVA;

8 - RESPONSABILIDADES DA AGU

8.1 - Implantar e supervisionar a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como acompanhar a sua destinação para as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

8.2 - Zelar perante o fiscal do contrato de limpeza do órgão para que sejam implementadas rotinas com a empresa contratada, que garantam que os resíduos recicláveis mantenham-se separados dos não recicláveis no momento da sua retirada das unidades e salas do órgão.

8.3 - Implementar ações de sensibilização entre os servidores públicos para a adequada separação dos resíduos que descartem.

8.4 - Armazenar os resíduos em local seguro, protegido contra intempéries e ações de degradação.

8.5 - Acompanhar e avaliar as atividades de execução do Termo de Compromisso.

8.6 - Na hipótese de constatação de impropriedade ou irregularidade, notificar a associação ou cooperativa para sanear a situação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão do Termo de Compromisso, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.7 - Prestar todo o apoio necessário à associação ou cooperativa para que seja alcançado o objetivo do Termo de Compromisso em toda sua extensão.

8.8 - Permitir a retirada dos resíduos recicláveis descartados dos edifícios somente por catadores previamente indicados e identificados.

8.9 - Não transferir à outra associação ou cooperativa as obrigações e responsabilidades decorrentes do Termo de Compromisso, a não ser que se verifique descumprimento por parte da associação ou cooperativa originalmente selecionada.

8.10 - Analisar as propostas de alteração do Termo de Compromisso, desde que não impliquem mudanças da natureza do objeto.

9 – RESPONSABILIDADES DA ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA

9.1 - As obrigações estão listadas no Termo de Compromisso, mas ressalta-se:

- a) Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- b) Fornecer gratuitamente à AGU, sempre que acordado, amostras de produtos derivados de reciclagem, que possam ser utilizadas para promover o Programa de Coleta Seletiva Cidadã;
- c) Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade no cumprimento rotineiro do Termo de Compromisso, bem como a existência de qualquer objeto de valor encontrado na coleta;



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA 6ª REGIÃO

d) Preencher e atestar as planilhas de monitoramento disponibilizadas pela AGU, principalmente, as previstas no Edital de Chamamento Público; e. Garantir que o sigilo das informações contidas nos papéis e ou outros materiais não seja violado, fragmentando os documentos indicados pela AGU.

10 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do TERMO DE COMPROMISSO consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da SOLICITANTE, especialmente designados, na forma do Art. 117 e 140 da Lei 14.133/2021

10.2 - O representante da SOLICITANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no §§ 1º ao 4º do art. 117 da Lei 14.133/2021.

10.3 - O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela COOPERATIVA ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, conforme disposto nos arts. 155 e 156 da lei 14.133/2021.

10.4 - As atividades de gestão e fiscalização da execução do termo devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do Termo de Compromisso.

10.5 - Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à COOPERATIVA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.6 - O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da COOPERATIVA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.7 - Em hipótese alguma, será admitido que a própria COOPERATIVA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.8 - A COOPERATIVA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

10.9 - O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 - Será realizado sorteio, em sessão pública, entre as associações e cooperativas devidamente habilitadas, que firmarão Termo de Compromisso com a AGU para efetuar a coleta dos resíduos recicláveis descartados regularmente.

11.2 - Serão sorteadas até quatro associações ou cooperativas, sendo que cada uma realizará a coleta por um período consecutivo de quinze meses, quando outra associação ou cooperativa assumirá a responsabilidade, seguida a ordem do sorteio.

11.3 - Concluído o prazo de quinze meses do termo de compromisso da última associação ou cooperativa sorteada, um novo processo de habilitação será aberto.

11.4 - Caso haja apenas uma associação ou cooperativa habilitada, poderá ser firmado Termo de Compromisso com período máximo de cinco anos.

12 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - A habilitação das associações e cooperativas para a destinação periódica dos resíduos recicláveis não gerará custo para a AGU, sendo desnecessária a comprovação de disponibilidade orçamentária.

13 - DA RESPONSABILIDADE PELO PROJETO BÁSICO

13.1 - Este Projeto Básico foi elaborado pelos servidores abaixo, no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis.

ACKSON DINIZ JÚNIOR

Membro da Comissão Gestora dos Resíduos

CGRS das Unidades da 6ª Região da AGU

Portaria SAD6R/SGA/AGU Nº3, de 15/12/2022